



Software ajuda advogados em tribunais nos EUA

Computadores já podem exercer, nos tribunais, o mesmo papel de um conselheiro penal muitíssimo bem pago: o detalhe é que os softwares são milhares de vezes mais baratos que um advogado de renome. A má notícia para as estrelas da consultoria penal é que esses programas de computador estão dando certo e ajudando a inocentar pessoas.

Com o auxílio de um programa de computador, o advogado Wendell Odom, dos Estados Unidos, conseguiu que sua cliente Andréa Yates, que havia afogado seus cinco filhos numa banheira, fosse considerada inimputável.

O software em questão se chama JuryQuest. No caso de Yates, numa escala de um a cem, o programa definiu notas hipotéticas para os jurados e apontou quais se inclinariam a considerar inimputável a acusada de assassinar cinco de seus filhos, em decorrência de desordem mental.

No início do julgamento, o JuryQuest apontou que sete dos jurados eram a favor da inimputabilidade da acusada. No final das deliberações do caso, julgado no Condado de Harris, no Texas, oito dos jurados estavam ao lado da acusada. Dois dias depois, a maioria dos jurados persuadiu os demais: Andréa Yates, a acusada, não teria condições mentais de discernir o certo do errado.

Para elencar os jurados, o programa só precisa de extratos de informação como idade, sexo, raça, educação, ocupação, estado civil. Uma vez processados, o programa trabalha com 4 milhões de itens, construídos sobre pesquisas, e que identificam pessoas a partir do dítptico autoritários (acusador/amigável) versus igualitários (defensores/simpáticos).

O inventor do programa, Normi Revis, diz que os julgamentos em que o programa é usado servem para realimentar o software com novas estatísticas. Esse tipo de programa surgiu nos Estados Unidos primeira vez nos anos 70, quando sociólogos defenderam o grupo pacifista Harrisburg Seven, acusado de conspiração para destruir dados governamentais e seqüestrar o secretário Harry Kissinger.

Date Created

11/08/2006